

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

O PROGRESSIVO: ALÉM DO ASPECTO

Elena Godoy *

Aspectualmente, pelo menos em português, as sentenças progressivas têm o valor imperfeito (ou não-completivo). Ou seja, mesmo quando a situação contém um ponto final, quando existe um limite natural do episódio descrito, este limite é assumido como não atingido no momento de fala:

- (1) Joana estava batendo meia dúzia de claras em neve.
- (2) Paulinho está estudando.
- (3) Marilda está vestindo uma blusa chocante.

Acontece que o mesmo valor imperfeito encontra-se também nas respectivas sentenças com as formas simples:

- (1*) Joana batia meia dúzia de claras em neve.
- (2*) Paulinho estuda.
- (3*) Marilda veste uma blusa chocante.

Entretanto, qualquer falante de português dirá que as interpretações das sentenças com as formas simples e com as progressivas são diferentes. Estas diferenças existem também em outras línguas que têm progressivo. A

* Doutora em Ciências pela UNICAMP e professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFPR.

análise importante do progressivo em inglês de T. Parsons (1989) não capta estas diferenças.

Alguns autores afirmam que as formas progressivas tornam as sentenças estativas¹ (cf., por exemplo, Vlach; 1981, Smith; 1983), outros são inclinados a considerá-las como atividades (Mittwoch; 1988). Não vamos discutir estas (e outras) alternativas aqui.

Outras propostas (Carlson; 1977 e Bach; 1981, por exemplo) analisam as sentenças simples como asserções que quantificam sobre indivíduos ou ocorrências individuais, enquanto as progressivas podem ser vistas como predicções não sobre indivíduos mas sobre estágios de indivíduos ("manifestações temporais de indivíduos"). Não pretendemos aqui aprofundarmos na discussão dessas propostas e lembremos apenas que já Quine (1960) teve dificuldades de imaginar os "recortes temporais (*time-slices*) de coelho" propostos numa ocasião por um famoso filósofo.

Freqüentemente se diz que as sentenças progressivas têm uma limitação temporal em comparação com as respectivas simples. Mas consideremos:

- (4) Dona Vicentina está sempre brigando com o marido.
(4') Dona Vicentina sempre briga com o marido.

Seria bastante difícil analisar estes dois exemplos em termos de limitação/não-limitação temporal. O advérbio *sempre*, que é um quantificador temporal (quase-) universal, retira qualquer possibilidade de uma limitação temporal em (4), portanto as duas sentenças deveriam ser consideradas sinônimas. Aliás, esta possibilidade do uso do progressivo com o advérbio *sempre* já deixou perplexo O. Jespersen (1949) que tentou explicar este uso como acréscimo de um "colorido emocional" (*emotional colouring*).

A. Mittwoch (1988), analisando o exemplo de Dowty (1979):

- (5) John was wearing sunglasses when I had lunch with him.

observa que esta sentença não difere em termos de condições de verdade da

- (5') John wore sunglasses when I had lunch with him.

¹ Os termos *estativo* e, mais adiante, *atividade* se referem às classes aspectuais propostas por Z. Vendler (1967).

e conclui que, semanticamente, ambas as sentenças estão em variação livre.

Vamos supor que a diferença entre (4) e (4') (como também entre (5) e (5')) esteja no fato de que o não-progressivo caracteriza o sujeito da sentença, enquanto o progressivo denota seu comportamento, relata as evidências sobre este comportamento. Assim, o que temos em (4) e em (5) é antes uma constatação da *evidência* dos acontecimentos, enquanto (4') e (5') apresentam uma caracterização generalizada - o *conhecimento* - dos fatos. Provavelmente, ao proferir (4) ou (5), o falante evita (pode até ser que inconscientemente) dar uma caracterização de Dona Vicentina ou de John, respectivamente.

Goldsmith e Woisetschlaeger (1982) chamam o uso das formas não-progressivas - como em nossos exemplos (4') e (5') - de *descrição estrutural*, enquanto o uso do progressivo (os exemplos (4) e (5) remete à *descrição fenomenal*, considerando estes dois tipos de descrição como "o contraste semântico nuclear".

Se aceitarmos a hipótese de que a limitação encerrada no progressivo reflete o contraste *evidência x conhecimento* (ou *fenomenal x estrutural*), podemos dizer que temporalmente:

a) Prog. Pres. é (ou se mantém) verdadeiro para um intervalo I, onde $I \in t$ e $t = now$, se e somente se o respectivo Presente Simples é (ou se mantém) verdadeiro para um intervalo I', onde $I' \in t$ e $t = now$, e $I \subseteq I'$.

b) Prog. Pass. é (ou se mantém) verdadeiro para um intervalo I, onde $I \in t$ e $t < now$, se e somente se o respectivo Pretérito Imperfeito é (se mantém) verdadeiro para um intervalo I', onde $I' \in t$ e $t < now$, e $I \subseteq I'$.

Observe-se também que em português uma sentença do tipo *x estava desenhando* y implica *x desenhava* y (i.e., Pretérito Imperfeito -> Pretérito Imperfeito) e não *x desenhou* y (i.e., Pretérito Imperfeito ~ -> Pretérito Perfeito). Ou seja, à diferença do inglês, que tem apenas o Past Perfect como tempo passado simples, em português, se distinguem dois tempos passados simples e provavelmente a diferença entre eles seja, antes de mais nada, aspectual. Com isto, em português uma situação atética sempre implicará outra situação atética e nunca a tética (não cabendo lugar a ambigüidades, como em inglês). Esta característica parece ser válida para todas as classes aspectuais de verbos.

Parece, então, que a diferença entre uma forma simples e uma respectiva progressiva pelo menos nem sempre é de limitação/não-limitação

temporal, visto que no caso limite os intervalos coincidem; tampouco se mantém regularmente a distinção aspectual.

Na sua discussão sobre os quantificadores, Z. Vendler (1967) observa que as proposições com o quantificador *qualquer* (*any*) são *lawlike*, ou seja, não são afirmações sobre evidências. Este quantificador (*any*) é absolutamente impossível em certos contextos, como, por exemplo:

- (6) I asked (*any) x eu perguntei (*qualquer) x
 (*any) x told me (*qualquer) x me disse

porque estes contextos se referem a fatos consumados e os fatos não são livres (no sentido de liberdade de escolha que o quantificador *qualquer* (*any*) pressupõe e representa).

Tentemos agora usar o quantificador *qualquer* nos contextos com as formas progressivas:

- (7) *Qualquer pássaro está voando.
 (8) *Qualquer artigo da Linguistics and Philosophy está sendo interessante.
 (9) *Qualquer arquiteto está fazendo projetos de casas
 (10) *Mariazinha está lendo qualquer texto em alemão.
 (11) *Esta costureira está fazendo qualquer modelo (que você escolher)

Como se vê, em contextos com o progressivo, o quantificador *qualquer* também não é possível. Assim, temos mais um argumento para afirmar que as proposições com as formas progressivas relatam fatos, evidências, enquanto as formas não-progressivas descrevem o conhecimento.

Justamente esta distinção *evidência/conhecimento*, ou seja, a inclusão menos "segura" (também freqüentemente limitada temporalmente devido à própria natureza transitória, passageira das evidências) do indivíduo num certo conjunto ou a inclusão mais "segura" (devido à menor transitoriedade do conhecimento) permite explicar o uso das formas simples e progressivas nos nossos exemplos.

Da mesma maneira, comparando

- (12) Cassilda come verduras.
 e
 (12') Cassilda está comendo verduras.

podemos dizer que, no caso de (12), seja a interpretação habitual ou semelfactiva, simultânea com o momento de fala ou futural, o falante, tendo o conhecimento suficiente dos hábitos alimentícios de Cassilda, a situa como membro do conjunto dos "comedores de verduras". Em (12'), descrevendo uma certa evidência sobre a alimentação de Cassilda - mas não mais do que isso, - o falante a inclui transitariamente (pode ser até que temporariamente) no conjunto dos "comedores de verduras". I.e., ou o falante tem o conhecimento suficiente para incluir o sujeito da sentença numa determinada classe, ou ele relata apenas a descrição das suas observações na impossibilidade de "caracterizar", "classificar" o sujeito por falta de conhecimento ou por ter receio de "se comprometer", ou por alguma outra razão de natureza pragmática. Talvez por isso a interpretação do não-progressivo com bastante frequência seja futural: o sujeito está "firmemente" classificado como pertencendo a um certo conjunto:

(13) O Paulinho toma oito canecas de chopp. (Numa aposta)

Um aparente contra-exemplo ao observado acima é a narração de um jogo de futebol, quando o comentarista usa o Presente Simples para descrever as observações sobre aquilo que acontece no campo:

(14) Careca entra pela esquerda, dribla o zagueiro, chuta forte, e...

(Observe que neste exemplo a interpretação só pode ser semelfactiva e não futural).

O mesmo comentarista, na sequência da narração, exclamou o seguinte:

(15) ...bate na trave... Parece que está faltando fôlego a nossa seleção!

Em (15), justamente quando entra o comentário, a observação *personal* do comentarista, este comentário é feito através do uso do progressivo.

Com base nas reflexões que apresentamos, parece ser possível dizer que a diferença entre o uso das formas progressivas e não-progressivas

- não é (ou pelo menos *não é apenas*) temporal, visto que os intervalos para os quais as formas são verdadeiras podem coincidir;

- não é propriamente aspectual, pelo menos no caso dos pares Presentes Simples / Presente Progressivo e Pretérito Imperfeito / Pretérito Imperfeito Progressivo.

Assim, parece justificado afirmar que a diferença entre as formas *progressivas/simples* está na distinção *evidência/conhecimento*, que permite a inclusão "firme", "segura", relativamente permanente do indivíduo da sentença não-progressiva num determinado conjunto, tendo esta inclusão o caráter transitório no caso das sentenças progressivas.

RESUMO

O artigo discute as diferenças semânticas entre as sentenças simples e progressivas em português. Mostrando que os dois tipos de sentenças podem ser idênticos tanto aspectual como temporalmente, se argumenta a favor da distinção *evidência/conhecimento*, que fundamentaria as diferenças entre essas formas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACH, E. On time, tense and aspect: an essay in English metaphysics. In: P. Cole (ed.) *Radical Pragmatics*. N.Y. Academic Press, 1981.
- CARLSON, G. *Reference to Kinds in English*. Doct. diss. University of Massachusetts, 1977.
- GOLDSMITH, J.; WOISETSCHLAEGER, E. The logic of the English progressive. *Linguistic Inquiry*, v.13, n.1, p.79-89, 1982.
- JESPERSEN, O. *A Modern English Grammar on Historical Principles*. G. Allen and Unwin, London, 1949.
- MITTWOCH, A. Aspects of English aspect: on the interaction of perfect, progressive and durational phrases. *Linguistics and Philosophy*, v.11, n.2, p.203-254, 1982.
- PARSONS, T. The progressive in English: events, states and processes. *Linguistics and Philosophy*, n.12, p.213-241, 1989.
- QUINE, W. *Word and Object*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1960.
- SMITH, C. A speaker-based approach to aspect. *Linguistics and Philosophy*, n.9, p.97-115, 1986.
- VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1967.
- VLACH, F. The semantics of the progressive. In: P.J. Tedeschi and A. Zaenen (eds.) : *These Syntax and Semantics 14: Tense and Aspects*. N.Y.: Academic Press, 1981.